



## O NOVO ENSINO MÉDIO E AS DISPUTAS DE CLASSES EM TORNO DE SUA IMPLEMENTAÇÃO E REVOGAÇÃO <sup>1</sup>

Soraia de Carvalho<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho visa compreender a disputa entre Capital e Trabalho em torno da reconfiguração do Ensino Médio no Brasil, de 2016 a maio de 2023. Identifica os interesses materiais da burguesia em torno do Novo Ensino Médio (NEM). Evidencia o nexo entre crise capitalista, direitização da política burguesa e contrarreformas na Educação. Apresenta os interesses históricos do proletariado na defesa da educação pública, gratuita, laica e vinculada à produção social. Aborda os processos de lutas contra a criação e implementação do NEM, da onda de ocupações de escolas de 2016 aos protestos pela revogação em 2023. Aponta as tendências em torno da continuidade da implementação do NEM, sob o impulso dos interesses do capital monopolista e política de conciliação de classes e as contratendências caso a demanda da comunidade escolar pela revogação possa se vincular com as reivindicações gerais dos trabalhadores e trilhar os caminhos da independência de classe.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio; Luta de Classes; Movimento Estudantil.

### ABSTRACT

This work aims to understand the dispute between Capital and Labor around the reconfiguration of Secondary School in Brazil, from 2016 to May 2023. It identifies the material interests of the bourgeoisie around the New Secondary School (NSS). It highlights the connection between capitalist crisis, the rightization of bourgeois politics and counter-reforms in Education. It presents the historical interests of the proletariat in defending public, free, secular education linked to social production. It addresses the processes of struggles against the creation and implementation of the NSS, from the wave of school occupations in 2016 to the protests for its repeal in 2023. It points out the trends around the continuity of the implementation of the NSS, under the impulse of the interests of monopoly capital and politics conciliation of classes and the counter-tendencies in case the demand of the school community for the repeal can be linked with the general demands of the workers and walk the paths of class independence.

**Keywords:** New Secondary School; Class Struggle; Student Movement.

<sup>1</sup> Este trabalho dá continuidade às ações extensionistas e investigativas desenvolvidas no bojo do projeto de extensão "Bora Ocupar": contrarreformas na Educação e a resistência das ocupações de escolas, realizado no ano de 2019, vinculado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. O projeto integrou um conjunto de ações executadas de 2017 a 2020, que deram origem ao filme: "Bora ocupar": um documentário sobre as ocupações de escolas em Recife (CARVALHO, 2018) e ao livro Contrarreformas na Educação e lutas estudantis (CARVALHO, 2020).

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco; Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande; soraia.carvalho2@ufpe.br.

PROMOÇÃO

APOIO





Interroga a propriedade:  
De onde vens?  
Pergunta a cada ideia:  
Serves a quem?  
(Bertold Brecht)

## 1 INTRODUÇÃO

Nosso objetivo geral é compreender a disputa entre Capital e Trabalho em torno da reconfiguração do ensino médio no Brasil, de 2016 aos primeiros meses de 2023. Os objetivos específicos são: 1) identificar os interesses materiais da burguesia em torno do Novo Ensino Médio (NEM); 2) relacionar crise capitalista, direitização da política e impactos na Educação; 3) analisar as lutas estudantis contra a criação e implementação do NEM e suas tendências. Para atingir tais objetivos, buscamos identificar as múltiplas determinações sintetizadas na atual reconfiguração do ensino médio, apreendendo a unidade orgânica entre os fenômenos econômicos, sociais, políticos e ideológicos. Por meio do método do materialismo histórico e dialético, analisamos o movimento do real como expressão das contradições entre Capital e Trabalho, a partir das leis sociais que regem o modo de produção capitalista, nas particularidades de sua fase imperialista e da formação social brasileira. Por essa via, identificaremos os desafios dos que pretendem agir coletivamente sobre as tendências em curso.

Ao lidar com a esfera do direito, da política e da ideologia, nos deparamos com a autorrepresentação dos sujeitos e das classes sociais, por meio de suas justificativas e discursos. Marx orienta a necessidade de diferenciar, nas lutas históricas, "(...) as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade." (MARX, s/d, p. 224). Compreendemos os discursos, portanto, como parte do nível da aparência da realidade e procuraremos as mediações que o integram contraditoriamente à essência dessa mesma realidade, ora a revelando, ora a ocultando. A revelação do real depende da dialética, evitando qualquer determinismo econômico. Como bem explica Engels, a relação entre base material e superestrutura não é unilateral ou mecânica, há inter-relações.

(...) vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. (ENGELS, 1890).

PROMOÇÃO



APOIO



Recorremos à pesquisa bibliográfica, à análise das legislações referentes à política educacional e a formas de observação sistemática quanto aos posicionamentos dos governos, entidades estudantis e manifestantes, tanto por meio dos veículos de comunicação monopolistas, como por meio de canais próprios, sobretudo na internet, como sites e redes sociais. A exposição trará uma síntese, traduzindo o movimento do real, identificando suas contradições, percebendo como os fatos históricos e sociais expressam leis sociais tendenciais (MARX, 1996, p. 138).

## 2 INTERESSES DA BURGUESIA E SUAS FRAÇÕES EM TORNO DA RECONFIGURAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

O NEM foi criado pelo governo golpista de Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), por meio da Medida Provisória (MP) 746, aprovada em 22 de Setembro de 2016 (BRASIL, 2016). A Reforma do Ensino Médio promoveu uma profunda mudança curricular em nome de sua diversificação e flexibilidade, reduzindo o peso das disciplinas, eliminando a obrigatoriedade de algumas, e criando os "itinerários formativos". Além disso, estabeleceu a ampliação progressiva da jornada escolar e o fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Na exposição de motivos da MP 746/2016, o então Ministro da Educação, José Mendonça Filho (Democratas - DEM), apoiava-se em aspectos da realidade, como o desinteresse da juventude pela educação, a falta de sentido, a evasão, a quantidade enorme de jovens que não estudavam e não trabalhavam, o baixo acesso ao ensino superior, a baixíssima assimilação dos conteúdos e a dificuldade de inserção da juventude no mercado de trabalho. Porém, oferecia como solução um maior alinhamento com as "recomendações do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para Infância – Unicef" (MENDONÇA FILHO, 2016, p. 2). O que levaria a tornar o ensino médio mais atrativo, dar liberdade de escolha aos jovens conforme seus "projetos de vida", combater a retenção e evasão escolar, desenvolver habilidades e competência, melhorar o desempenho educacional e impactar positivamente nos resultados econômicos do país. O discurso do ministro, no entanto, mais oculta do que revela os motivos do governo. A onda de ocupação de mais de mil escolas, em 2016, foi fundamental para evidenciar o caráter autoritário da medida.

Com a aprovação da Lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017), houve poucas mudanças em relação à MP 746/2016. Em síntese, a Reforma do Ensino Médio determinou: a

PROMOÇÃO



APOIO



ampliação progressiva da carga horária mínima dos estudantes, de 800 horas anuais para 1.400 horas anuais, devendo ampliar para 1.000 horas a partir de 2017; ao longo dos três anos de Ensino Médio (com carga horária total de 3.000 a 4.200 horas), a carga horária destinada à Base Nacional Comum Curricular não poderá ultrapassar as 1.800 horas, ou seja, comporá de 42% a 60% do total. Apenas o ensino da língua portuguesa e da matemática se mantiveram como obrigatórios nos três anos do ensino médio, antes também eram obrigatórias as disciplinas de artes, educação física, filosofia e sociologia. As aprendizagens definidas na BNCC do Ensino Médio estão organizadas por áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). O restante da carga horária fica reservado aos itinerários formativos e/ou a formação técnica e profissional. Cada escola tem o dever de oferecer ao menos dois itinerários. O NEM também permite a contratação de “profissionais com notório saber”, sem licenciatura.

A compreensão das determinações da criação e implementação do NEM depende da busca dos elos com as respostas burguesas à crise capitalista, que também estão na base das grandes mudanças políticas vivenciadas no Brasil de 2016 a 2023, imersas na luta de classes e das disputas entre as frações da classe dominante.

## 2. 1 Crise econômica e direitização da política burguesa

O golpe jurídico-midiático-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT) teve como raiz os impactos da crise econômica mundial, no Brasil. A crise, que teve seu epicentro em 2008, nos Estados Unidos, atingiu mais fortemente o nosso país a partir de 2014, resultando na recessão econômica de 2015/2016. Em resposta, Dilma aplicou um ajuste fiscal acompanhado de retiradas de direitos, mas não conseguiu debelar a poderosa crise política que desembocou em seu impeachment. O golpe se deu sob o impulso das necessidades do capital monopolista de impor contrarreformas mais profundas e aceleradas do que o governo conseguia oferecer. Temer teve como missão interromper a política de conciliação de classes, que havia sido possível e funcional em um cenário de esgotamento dos governos abertamente neoliberais na América Latina e de crescimento econômico mundial. Temer amparou-se exclusivamente nas classes dominantes e impôs profundos retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas, com a colaboração do judiciário e do Congresso Nacional. Em dezembro de 2016 aprovou a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto nos

PROMOÇÃO



APOIO



gastos primários por 20 anos; em março de 2017, aprovou a lei da terceirização e, meses depois, em julho, a reforma trabalhista.

Em outubro de 2018, Jair Bolsonaro (pelo Partido Social Liberal - PSL) foi eleito como continuidade do golpe, pois só chegou à Presidência da República por causa do impeachment de Dilma e da prisão do ex-presidente e então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. A candidatura de Geraldo Alckmin, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao expressar os partidos orgânicos da burguesia identificados com o golpismo de Temer, naufragou. O governo ultraliberal, obscurantista e militarista de Bolsonaro aprovou em seu primeiro ano de mandato a contrarreforma da Previdência, promoveu privatizações, desregulamentação de leis de proteção ambiental e profundos cortes no orçamento das áreas sociais.

Sob o governo Bolsonaro, o MEC foi palco dos choques no interior de sua base de sustentação. Um primeiro nome aventado para o ministério foi o de Mozart Neves Ramos, da coalizão empresarial Todos pela Educação (TPE). Porém, a ala ultraliberal e obscurantista do governo vetou o nome ditou as escolhas que se sucederam ante crises e denúncias de corrupção. O TPE, criado em 2006, articula os interesses do grande capital, mascarados de soluções para os problemas educacionais, procura incidir sobre todos os governos, da esfera municipal à federal. Sem conseguir se apossar do MEC, a relação do TPE com o governo, neste período, foi marcada pela cobranças e críticas à alta rotatividade e ineficiência do MEC, à queda no orçamento, e na demora na implementação do NEM e BNCC e também à apatia do Governo Federal em relação às necessidades dos estados e municípios sob a pandemia (TPE, 2020).

O governo Bolsonaro foi atravessado pela crise econômica e pandêmica, o que alimentou profundos choques entre instituições do Estado, opondo o executivo federal a governadores, ao parlamento e ao judiciário. Desenvolveu-se uma polarização no interior da própria política burguesa. Em linhas gerais, ainda que não de forma monolítica, frações do capital mais identificadas com o agronegócio, mineração ilegal e outros estiveram pela continuidade do governo Bolsonaro, enquanto outras frações como a da burguesia industrial e financeira estiveram pela substituição por um novo governo. Sem que os partidos orgânicos da burguesia conseguissem estruturar uma "terceira via" com chances de vencer, forjou-se a frente ampla que resultou no governo de Lula e Alckmin, agora filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Ainda que a polarização tenha se apresentado como a disputa entre democracia e fascismo, do ponto de vista econômico há linhas de continuidade, com o compromisso de

PROMOÇÃO



APOIO



não reverter as contrarreformas aprovadas pelos governos anteriores, dentre elas o NEM, e reformular o teto dos gastos, apresentando um "novo arcabouço fiscal". A profundidade da crise política mantém a polarização, que teve como ápice uma aventura golpista em 08 de janeiro de 2023, dias após a posse do novo governo. A governabilidade depende do atendimento prioritário dos interesses do capital financeiro e das oligarquias políticas, o que leva à direitização do próprio governo, que abriga na vice-presidência e em seus ministérios partidos e políticos identificados com o golpe de 2016, os governos Temer e Bolsonaro. Nota-se, portanto, que as bases materiais do capitalismo em crise continuam alimentando as tendências de direitização da política, mesmo que a ultradireita não tenha obtido a vitória eleitoral.

A liturgia da relação harmônica e dialógica do governo com os movimentos sociais, dentre eles as entidades estudantis, revela parte da realidade: trata-se de um governo de conciliação de classes, distinto dos governos de Temer e Bolsonaro, de enfrentamento direto aos movimentos sociais. Por outro lado, oculta os elementos de continuidade que permanecem, independente da ideologia professada pelos governantes, pertinentes à natureza burguesa do Estado, na particularidade da formação social brasileira. Dessa maneira, ano após ano, avançam as contrarreformas irradiadas pelo imperialismo, por meio de seus organismos internacionais como a UNESCO, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

## 2. 2 Um Novo Ensino Médio conforme as necessidades do capital

É de fundamental importância compreender que o NEM não foi um projeto de Temer ou Bolsonaro, mas sim das principais frações das classes dominantes. Isso o conecta com as demais contrarreformas e pesa contra a sua revogação, almejada, sobretudo, por estudantes da rede pública, seus professores e familiares, ou seja, a comunidade escolar. O NEM é parte das respostas burguesas à crise capitalista, que se dão em quatro frentes: destruição das forças produtivas, dentre elas a força de trabalho da juventude; busca de manutenção das taxas de lucro às custas de do rebaixamento dos salários e ampliação da desproteção social e precariedade nas relações trabalhistas; abertura de novos campos para a valorização do capital; incremento do parasitismo financeiro. As raízes mais profundas da mercantilização, desfinanciamento e destruição da educação encontram-se na decomposição do sistema capitalista e seu imperativo de destruir produtivas por meio de guerras, fechamento de fábricas e na destruição física de

PROMOÇÃO



APOIO





uma gigantesca massa de crianças e jovens, seja por meio da miséria e fome, ou por meio do extermínio policial. Em nossa formação social, isso é ainda mais sentido, pelo papel que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho, como exportador de matérias primas.

Por vivenciarmos a etapa monopolista do capitalismo, a resposta à queda tendencial da taxa de lucro é dada com uma ofensiva contra o trabalho, com a retirada de direitos sociais e trabalhistas e a mercantilização de todos os poros da vida social. Não há como separar a privatização da Educação Básica do processo de mercantilização do Ensino Superior. Desde 2006 foi dada a permissão para as instituições privadas abrirem seus capitais nas bolsas de valores, o que levou à desnacionalização. O capital financeiro impôs os ritmos da monopolização. Os governos Lula e Dilma, por meio do FIES e PROUNI, alimentaram corporações gigantescas. A expansão do Ensino a Distância expressou a entrada de grandes empresas de tecnologia no meio educacional. Ante a crise econômica de 2014, no Brasil, o mercado do ensino superior chegou ao limite e os capitalistas da área de educação e tecnologia exigiram a abertura de uma nova fronteira para seus negócios: a educação básica. Em paralelo se deu a expansão do Ensino a Distância, com a aprovação da LDB de 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), pelo PSDB; com a regulamentação do EaD e criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por parte de Lula; e com maiores permissões ao EaD com o governo Temer. A ampla aplicação do EaD, da educação infantil à pós graduação, por parte do governo Bolsonaro, governos estaduais e municipais, sob a pandemia, possibilitou uma nova ofensiva das corporações de ensino e tecnologia pela quebra das barreiras entre o ensino presencial e a distância, permitindo maior "flexibilidade", por meio da hibridização.

Por mais que os grupos que agora disputam a Educação básica sejam os mesmos que já partilham o ensino superior, evidenciamos a particularidade deste nível que concentra um maior número de estudantes, mas pelo limite imposto pela pobreza não pode ter, em larga escala, uma privatização direta com cobrança de mensalidades. Assim, há, por um lado, uma disputa pela aquisição de escolas elitizadas, com altas mensalidades; e por outro lado, a expansão de negócios das corporações de ensino e tecnologia no fornecimento de serviços à rede pública, abrangendo gestão e fornecimento de materiais didáticos.

Essas grandes corporações de ensino se desenvolveram a partir de um longo processo que atravessa vários governos. Sob os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram significativas a permissão de que as entidades privadas tivessem

PROMOÇÃO



APOIO



fins lucrativos e a criação do Exame Nacional de Cursos foi fundamental para que mais recursos públicos fossem direcionados ao setor privado, desde que este comprovasse sua qualidade. Das medidas aprovadas pelo Governo Lula, destacamos o Prouni, que oferece isenção fiscal a instituições de ensino com fins lucrativos em troca de bolsas para alunos de baixa renda. As novas legislações corresponderam, porém, a um impulso que veio de fora do país. Foi nos anos 1990 que instituições de ensino norte-americanas passaram a ter ações negociadas na Bolsa de Valores. No início dos anos 2000, esses grupos norte-americanos passaram a comprar parte de empresas educacionais brasileiras. Em 2007, ocorreu a primeira abertura de capital de uma empresa educacional brasileira na bolsa de valores. Conclui-se que convertida em mercadoria, a educação também passa a ser regida pela tendência à concentração e centralização do capital, tende à monopolização.

A trajetória da megacorporação Kroton, que de 2008 a 2018 cresceu dez vezes e atingiu quase 1 milhão de alunos ilustra o processo de monopolização. A concorrência entre os grandes grupos tem por trás, porém, os mesmos fundos de investimento como Oppenheimer e Black Rock. Em 2019, a Estácio e Kroton, buscando expandir seus negócios, criaram suas próprias holdings: a Yduqs e a Cogna, respectivamente. A Kroton passou, assim, a ser considerada apenas uma das quatro marcas da Cogna, no caso, voltada ao ensino superior. A Saber é a marca do grupo que concentra os negócios na educação básica, cursos de línguas e disputa as licitações no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação. A Vasta/Somos, é responsável por serviços de gestão de escolas e produção de materiais didáticos. E a Platos pretende prestar serviços de gestão para o ensino superior.

O capital acumulado não consegue valorização na produção e passa a penetrar nas esferas da circulação, dos serviços e da reprodução (MANDEL, 1985p. 272). O processo de supercapitalização pode ser exemplificado com a trajetória da megaempresa Pearson, que teve origem na Inglaterra em 1844 no ramo de construção e engenharia, depois adentrou o ramo bancário, editorial e de telecomunicações, expandindo-se para o ramo educacional, sobretudo com a oferta de sistemas de avaliação e gestão escolar. Sua atuação no Brasil se iniciou na década de 1970 (PEARSON, 2020).

O NEM e a BNCC, portanto, são legislações que expressam e impulsionam o processo de mercantilização da educação básica, por meio da venda de sistemas de educação, apostilas, consultorias, sites, aplicativos, livros didáticos e outros serviços. O volume de negócios na educação básica se acentuou a partir da aprovação da Reforma

PROMOÇÃO



APOIO







do Ensino Médio. O setor passou a ser rondado por administradores de fundos como o Carlyle, grandes capitalistas que também atuam na educação como Paulo Lemann (dono da Burguer King, Heinz e Budweiser) (KOIKE, 2017). A Kroton protagonizou o negócio mais volumoso ao criar a holding Saber e adquirir a Somos, tornando-se líder nos dois segmentos. Mais importante do que os 44 mil estudantes da rede privada da Somos é o negócio de sistemas de ensino e livros didáticos, que abarca o sistema Anglo e as editoras Ática, Scipione e Saraiva e chega a cerca de 40 milhões de estudantes da rede pública (CUNHA, 2018).

O NEM corresponde, portanto, aos interesses do capital monopolista no contexto de decomposição acelerada do capitalismo. Esvazia o processo de educação como transmissão do conhecimento de uma geração a outra e sua expansão. Muitas vezes se denuncia o NEM como forma de produzir mão de obra barata, mas para a ampla maioria da juventude, nem mesmo um emprego mal remunerado será garantido no futuro. Para os que conseguirão ser operários industriais, a incorporação da tecnologia na indústria – atualmente sob o impacto da inserção da inteligência artificial –, além de expulsar força de trabalho, também separa mais radicalmente as forças intelectuais da produção em relação à força de trabalho. Aprofunda-se a separação entre teoria e prática. Para a burguesia, o investimento em educação se conecta prioritariamente com a expectativa de qualificação da força de trabalho a ser explorada de forma mais produtiva, além da dimensão ideológica que integra a reprodução das relações capitalistas de produção. O esvaziamento e destruição da educação corresponde, portanto, a uma perspectiva de que a maior parcela da atual e futura geração de trabalhadores sobreviva por meio de empregos precários, subempregos, desemprego e da exploração sem limites dos aplicativos. O NEM é o tipo de formação destinada ao trabalhador precário e desprotegido, que se defronta com os efeitos da flexibilização capitalista do trabalho, da reforma trabalhista, previdenciária e da lei da terceirização.

Parte significativa da juventude, sobretudo negra, porém, em tempos de barbárie social, nem mesmo tem a chance de chegar à vida adulta, sendo exterminada nas disputas entre facções da burguesia narcotraficante e pela violência policial. Outra parcela sofre com a criminalização da pobreza e juventude e integra o problema do encarceramento em massa. A ampliação da jornada escolar, com as escolas de tempo integral, em grande medida serve como um tipo de depósito da juventude pobre. Mesmo antes do NEM, a escola estava de costas para a produção social, fruto da divisão social do trabalho. Mas com o NEM isso se acentua. O ensino decorativo, memorístico,

PROMOÇÃO



APOIO



esvaziado de sentido, em espaços educacionais, em geral, sem estrutura adequada, sem alimentação adequada, acentuam a mutilação física e mental dos jovens em formação. Criam o cenário propício para todo tipo de violência.

### 3 CAMPANHA PELA REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

O acesso à educação pública, gratuita, laica e vinculada à produção social constitui uma reivindicação da classe operária desde seus primeiros passos como classe consciente de seus próprios interesses. No Manifesto do Partido Comunista consta a reivindicação de "Educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da Educação com a produção material, etc." (MARX e ENGELS, 2005, p. 58). As reivindicações quanto à educação integraram os documentos da Associação Internacional dos Trabalhadores, as resoluções da Comuna de Paris e acompanharam o movimento operário revolucionário em todas as suas batalhas, tendo como ponto mais elevado a experiência da Revolução Russa. Na América Latina, o caso da Revolução Cubana é exemplar quanto aos seus feitos no âmbito da educação, com a erradicação do analfabetismo e garantia do acesso a todos os níveis. Portanto a defesa da educação pública, gratuita, laica e vinculada à produção social corresponde aos interesses mais gerais do proletariado e demais classes oprimidas e constitui parte da luta pela preservação da vida da juventude, pelo desenvolvimento das forças produtivas e de todas as potencialidades humanas.

Ao longo da história do Brasil, a luta em defesa da Educação nunca conseguiu se dar sob a direção da classe operária, sendo conduzida por setores das classes médias, cuja expectativa se dava em torno do convencimento de alas progressistas da burguesia para promover a modernização e expansão da rede de ensino. A construção de um outro projeto de educação, que seja parte de um projeto de sociedade antagônico ao da burguesia, ainda é uma tarefa a ser enfrentada pelas classes dominadas. Mesmo sem empunhar tal projeto de forma consciente, a juventude se revolta e se levanta contra a destruição da escola pública. Em 2015, o estado de São Paulo foi convulsionado pela onda de ocupações de escolas contra a reorganização escolar do governador Geraldo Alckmin (PSDB). Em 2016, o método das ocupações foi retomado, em escala nacional, na luta contra a reforma do Ensino Médio, PEC do Teto dos Gastos (chamada de PEC da Morte pelos movimentos) e o projeto Escola Sem Partido. Tal movimento se deu transbordando as entidades representativas dos estudantes e impulsionou a ocupação e

PROMOÇÃO



APOIO



greves também nos institutos federais e universidades. Na sequência, o descontentamento das massas estudantis com as medidas do governo foram direcionados ao terreno institucional. A UBES lançou o chamado a "ocupar as urnas (UBES, 2018).

Por outro lado, após as ondas de ocupações de escolas de 2015 e 2016, os governos coordenaram ações para neutralizar qualquer iniciativa de organização estudantil independente. Foi reforçada a militarização das escolas e a penetração do obscurantismo religioso. Ganharam espaço as ideologias que responsabilizam o jovem, individualmente, por seu sucesso ou fracasso, conforme seu "plano de vida". Além das práticas de criminalização da atividade docente, com projetos norteados pelo Escola Sem Partido, e ações de filmagem e exposição de professores acusados de "doutrinação ideológica". A implementação nacional do NEM se deu a partir de 2022, sendo antecipada por alguns estados. Porém, não houve uma ação coordenada contra sua implementação. Todas as energias das entidades estudantis foram depositadas no processo eleitoral pela eleição de Lula, em oposição à continuidade do governo ultraliberal, militarista e obscurantista de Jair Bolsonaro.

Na posse do novo Ministro da Educação, em 01 de janeiro de 2023, se evidenciou qual seria a relação das entidades estudantis com o Estado, o broche de ministro foi afixado na lapela do paletó de Camilo Santana pelas presidentas da União Nacional dos Estudantes (UNE) e UBES. O lema do governo de "União e Reconstrução" evidencia as diferenças entre os governos decorrentes do golpe de 2016 e o novo governo de frente ampla, porém oculta as continuidades pertinentes à natureza de classe do Estado e as condições legadas pela formação social brasileira que limitam a democracia aos marcos estabelecidos pelo capital financeiro e pelas oligarquias políticas.

O novo governo se comprometeu a dar continuidade à implementação do NEM. Em resposta, a UBES convocou, no dia 15 de Março de 2023, um primeiro dia nacional de lutas pela revogação, com a participação de cerca de 150 mil estudantes em várias cidades do país. O Segundo Dia Nacional pela Revogação do NEM e por Paz nas Escolas foi convocado para o dia 19 de abril. A Confederação Nacional de Trabalhadores da educação (CNTE) aprovou o dia 26 de abril como dia de Greve Nacional da Educação pela aplicação do reajuste do piso salarial inicial e na carreira para os/as profissionais da educação e pela revogação do NEM. Sob pressão, o Ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou em 04 de abril a suspensão por 60 dias do cronograma de implementação do NEM e informou que realizaria uma consulta pública. A manifestação

PROMOÇÃO



APOIO



anunciada pela UBES foi mantida, com o mote "suspensão não é revogação", porém os atos foram mais esvaziados, sem que fossem precedidos por mobilizações e paralisações nas escolas e universidades, além de divididos com diferentes datas para estudantes e professores.

Na sequência, a UBES não convocou mais atos de rua, e tem privilegiado os espaços institucionais. No dia 26 de Maio, o MEC realizou o 1º Encontro Nacional dos Estudantes, com a participação de 150 jovens de todos os estados da federação. A UBES apresentou a Carta dos estudantes brasileiros ao Ministério da Educação, em que reivindica a Revogação do NEM; a ampliação do currículo base para ter mais chances em ingressar no ensino superior; infraestrutura para a oferta do Ensino Técnico, criação do Sistema Nacional de Educação; assistência estudantil para não ter que escolher entre estudar ou trabalhar; metodologias mais atrativas por meio da regulação do Programa Nacional de Educação Digital e preservação do Novo Fundeb e do orçamento da educação fora do arcabouço fiscal. Criticam a existência dos itinerários como uma falsa liberdade de escolha e a ausência de regulação. Ressaltam a educação Integral como medida no combate à fome, mas defendem que o jovem possa escolher entre esta e a escola regular. Defendem a "Paz nas Escolas" e fortalecimento dos Grêmios Estudantis e da Gestão democrática. Além disso reivindicam a "construção da Conferência Nacional de Educação, a CONAE, para construção de uma nova Lei pro Ensino Médio brasileiro e a construção do Novo Plano Nacional de Educação"(UBES, 2023).

O tom da carta é de colaboração, as reivindicações procuram ser compatibilizadas com as linhas gerais do governo. Não reivindica o fim do arcabouço fiscal, por exemplo, mas apenas que o Fundeb fique de fora. Não reivindica a revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e lei da terceirização, em defesa de condições de trabalho mais protegidas para os jovens trabalhadores ou, tendo em vista a futura inserção no mercado de trabalho. Restringem-se ao pedido de mais medidas assistenciais. Além disso, reivindicam os canais de participação institucionalizados para formular junto com o governo e, evidentemente com os setores empresariais, uma nova Lei do Ensino Médio.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho expusemos como o NEM não pode ser compreendido de forma isolada como medida atinente puramente à esfera da política e da ideologia. Sua compreensão depende de se analisar os interesses das classes sociais antagônicas em

PROMOÇÃO



APOIO





sua luta multiseccular em torno dos rumos da educação, na particularidade da fase imperialista e da formação social brasileira. Expusemos, portanto, os interesses da burguesia e suas frações em torno da reconfiguração da Educação Básica. Reconstituímos os fundamentos e determinações mais profundos do processo de direitização da política burguesa e seus impactos na educação. E, por fim, apresentamos como a burguesia, com destaque para sua fração monopolista, necessita abrir novos campos para a valorização do capital, mercantilizando a educação; drenar recursos das políticas sociais para agigantar o parasitismo financeiro em torno da dívida pública; e minar as formas de resistência coletiva, por meio da repressão ou da cooptação, para impor com maior facilidade suas contrarreformas. As crises capitalistas são inevitáveis, correspondem às contradições do próprio modo de produção, ao choque entre as forças produtivas e as relações de produção. A resposta burguesa é a destruição das forças produtivas, a busca de novos mercados e a exploração mais intensa dos já existentes. Uma das manifestações mais perversas da destruição das produtivas se dá por meio da destruição física e a mutilação mental da juventude.

Uma visão da totalidade, porém, não pode se deter apenas na descrição da opressão, da exploração e dos interesses políticos e econômicos das classes dominantes. É preciso estar atento às manifestações da luta de classes. A luta pelo acesso universal à educação pública, gratuita, laica e vinculada à produção social acompanha a classe operária desde seus primeiros passos como classe consciente de seus próprios interesses. Eclode de tempos em tempos em suas revoltas, insurreições e revoluções. Mesmo quando a classe operária está contida pela política de conciliação de classes, a luta contra a destruição da educação pública volta à tona por meio da revolta estudantil. As ondas de ocupações de escolas em 2015, no estado de São Paulo, e em 2016, no país, mostram grande disposição de luta da juventude, capacidade organizativa e criatividade em apresentar suas demandas e angariar aliados. Tal energia, porém, foi dispersada pela política das direções sindicais e estudantis por meio da canalização de todas as expectativas para o processo eleitoral, que se desenvolve nos limites da política burguesa, ainda mais restritas ante a continuidade dos efeitos da crise econômica, e do caráter oligárquico do Estado brasileiro.

Das movimentações em curso, a tendência mais forte de desfecho da luta pela revogação do NEM é de pactuação de mudanças cosméticas que levarão a uma maior inserção das corporações de ensino e tecnologia no interior das escolas públicas brasileiras. Ante o caos dos itinerários formativos, pode haver uma regulamentação e

PROMOÇÃO



APOIO



disciplinamento, eliminando suas manifestações mais esdrúxulas por meio da oferta empresarial de pacotes de gestão, conteúdos, consultorias, plataformas de ensino a distância, apostilas e livros didáticos. Tal tendência se ampara no entrelaçamento do governo com a coalizão empresarial TPE; pela dependência da governabilidade em relação ao atendimento prioritário do capital financeiro; e na política de conciliação de classes assumida pelas direções estudantis, por meio da qual poderá inclusive, caso o pleito da UBES seja vitorioso, revestir de uma forma democrática e participativa o mesmo conteúdo imposto ditatorialmente por Michel Temer com sua medida provisória 746/2016. De outro lado, como contratendência, há a possibilidade de a insatisfação da comunidade escolar impulsionar novos processos de luta. A vitória da revogação integral do NEM depende da capacidade de se reconstituir as formas presenciais e democráticas de deliberação e de luta, os comitês e assembleias. De conectar, do ponto de vista da luta, aquilo que está intimamente conectado do ponto de vista material. Todas as contrarreformas e privatizações estão conectadas aos interesses mais profundos do capital financeiro. Desvelar o processo em curso, suas determinações e tendências, é uma forma modesta de contribuir para que essa contratendência tenha mais possibilidades de se desenvolver.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA FILHO, José Mendonça. **EM n. 00084/2016/MEC**. Brasília, 15 de setembro de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/exm/exm-mp-746-16.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/exm/exm-mp-746-16.pdf)>. Acesso em 30 maio de 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)>. Acesso em: 22 maio 2019.

BRASIL. **Medida Provisória n. 746**, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm)>. Acesso em 30 de maio de 2023.

CARVALHO, Soraia de. **“Bora Ocupar”**: um documentário sobre as ocupações de escola. Recife, 2018. Filme. 55 min.

CARVALHO, Soraia de. **Contrarreformas na Educação e lutas estudantis**. Curitiba: CRV, 2020.

PROMOÇÃO



APOIO



CUNHA, Joana. Conglomerados do ensino superior avançam sobre a educação básica. Folha de S.Paulo, São Paulo, 17 jun. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ENGELS, Friedrich. Carta a Joseph Bloch, 21-22 de Setembro de 1890. In: **Arquivo Marxista na Internet**, s/d. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

KOIKE, Beth. Ensino básico atrai faculdades, fundos e até jogador de futebol. **Valor econômico**, São Paulo, 11 set. 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5113586/ensino-basico-atrai-faculdades-fundos-e-ate-jogador-de-futebol>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MANDEL. **O capitalismo tardio**. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**, São Paulo: Editora Alfa-ômega, s/d. pp. 199-285.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. Posfácio da segunda edição. In: MARX, Karl. **O Capital**. Crítica Da Economia Política, livro 1, vol.1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. p. 133-141.

PEARSON PLC. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pearson\\_PLC&oldid=65691903](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pearson_PLC&oldid=65691903)>. Acesso em: 14 jun. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). **Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já!** Balanço 2019 e Perspectivas 2020, março de 2020. Disponível em: <[https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/417.pdf?229296618%2F=&utm\\_source=-Download-Relatorio-anual](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/417.pdf?229296618%2F=&utm_source=-Download-Relatorio-anual)>. Acesso em: 31 maio 2020.

UBES. **Bora ocupar as urnas! UBES lança campanha “Se Liga, 16!”**. 11 de abril de 2018. Disponível em: <<https://ubes.org.br/2018/bora-ocupar-as-urnas-ubes-lanca-campanha-se-liga-16/>>. Acesso em 20 jun. 2020.

UBES. **Carta dos estudantes brasileiros ao Ministério da Educação**. 26 de maio de 2023. Disponível em: <[https://docs.google.com/document/d/1eDIsSPRH60bnHKmzqUKel18p2X6\\_Hj0hEI2hnxC5uVc/edit](https://docs.google.com/document/d/1eDIsSPRH60bnHKmzqUKel18p2X6_Hj0hEI2hnxC5uVc/edit)>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO